



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ORAL

Para enfrentar os impactos da crise financeira internacional e com vista a gerar mais emprego para os trabalhadores locais, a Administração projectou lançar, a partir de Dezembro de 2008, mais de uma centena de obras públicas de pequena e média envergaduras, designadamente o embelezamento das vias públicas, ordenamento das redes viárias, reparação e manutenção de construções públicas e desmantelamento de prédios em ruínas. Tratou-se de uma iniciativa que bem mereceu todo o apoio, no entanto, a sua forma de implementação foi uma total desilusão.

Em resposta a uma interpelação, afirmou no início do corrente ano a Administração que *“as referidas obras públicas criaram nos três primeiros trimestres de 2009 mais de 16.000 postos de trabalho, dos quais mais de 6.900 foram ocupados por trabalhadores locais, e face aos condicionalismos impostos pelas técnicas exigidas, parte desses postos teve de ser suprida através da contratação de trabalhadores não residentes”*. Porque é que mais de metade desses postos de trabalho, que foram “feitos à medida” para os trabalhadores locais, acabaram ocupados por trabalhadores não residentes? Que técnicas específicas exigiam essas obras? Será que os trabalhadores locais não teriam de facto capacidade para assumir tais tarefas? Tenho sérias dúvidas!



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Quanto à situação do trabalho ilegal, em vez de se ter afrouxada durante a recessão antes se agudizou, um fenómeno que se está a verificar tanto nas obras públicas como nas obras privadas, o que é chocante.

Para além disso, a falta de fiscalização do fenómeno de subconcessão na área da construção civil tornou complexas e caóticas as relações no seio do sector, conduzindo ao aumento dos conflitos, faltas de pagamento, bem como a frequentes queixas dos trabalhadores sobre situações de trabalho para fazer sem recebimento de salário, situações que também se verificam em várias obras públicas. Como vão os serviços competentes fazer face a isso?

Assim sendo, interpelo a Administração sobre o seguinte:

1. O Governo promoveu, desde Dezembro de 2008, centenas de obras públicas. Quantos postos de trabalho foram criados? Qual o número de trabalhadores não residentes e residentes contratados para as referidas obras? Qual é a proporção de trabalhadores não residentes qualificados e indiferenciados? Os serviços competentes procederam a alguma avaliação do emprego que foi criado pelas obras públicas para os trabalhadores locais? Os resultados foram positivos?

2. Para as obras públicas acima mencionadas foram contratados trabalhadores não residentes para o desempenho de que tipo de tarefas? Que competências técnicas lhes foram exigidas? Que formas e meios foram



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

utilizados pelos concessionários para a contratação de trabalhadores locais? De que mecanismos dispõe o Governo para fiscalizar os concessionários no cumprimento do seu dever de dar prioridade à contratação de trabalhadores locais? Diz-se que alguns trabalhadores locais não têm capacidade para assumir determinados postos de trabalho, então, de que mecanismos dispõe o Governo para salvaguardar que os trabalhadores importados ensinem de facto os locais para essa assunção? Como vai o Governo apoiar os trabalhadores locais na elevação das suas capacidades técnico-profissionais e salvaguardar que seja dada prioridade à sua contratação?

3. No sector da construção civil adoptam-se as subconcessões, que são complexas, e originam frequentes situações de falta de pagamento das obras, atrasos das obras, influência na qualidade das obras, atrasos no pagamento de salários, contratação de trabalhadores ilegais, etc.. Recentemente, têm-se registado cada vez mais queixas relativas às obras públicas. O Governo deve então dar a devida atenção ao assunto e, na sua qualidade de “proprietário”, tomar a iniciativa de acompanhar os casos e indicar os respectivos concessionários, para que cumpram com as suas responsabilidades, bem como ainda determinar claramente as normas e exigências contratuais da concessão. Como pensa então o Governo resolver as questões decorrentes das actuais subconcessões?

7 de Abril de 2010.

A Deputada à Assembleia Legislativa: Kwan Tsui Hang.